



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO LARGO
Rua Euclides Affonso de Mello, s/nº - CEP 57100-000.
Fone 3261-1040 - Rio Largo-AL

Exmo Senhor

José Alves de Farias

M.D. Presidente da Câmara de Vereadores de Rio Largo/AL

Nesta:

A Vereadora Maria Patrícia Pinto Santos (Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB), com assento nesta casa, vem na forma regimental apresentar o que segue:

PROJETO DE LEI Nº 10/2018

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO NO MUNICÍPIO DE RIO LARGO DE MECANISMOS INTERSETORIAIS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA A PREVENÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA VIOLÊNCIA SEXUAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



Em, 09/08/2018
Presidente

ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO LARGO
Rua Euclides Affonso de Mello, s/nº - CEP 57100-000.
Fone 3261-1040 - Rio Largo-AL

PROJETO DE LEI Nº 10 DE 01 DE AGOSTO DE 2018.

Dispõe sobre a criação no Município de Rio Largo de mecanismos intersetoriais no âmbito da educação, saúde e assistência social para a prevenção, proteção e defesa de crianças e adolescentes da violência sexual, e dá outras providências.

A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE RIO LARGO/AL, decreta:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a obrigatoriedade do Município e da sociedade de proteger e defender crianças e adolescentes da violência sexual.

Art. 2º Torna-se obrigatória a efetivação do ensino de educação sexual e prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes na grade curricular da educação básica no Município de Rio Largo, respeitando a peculiar condição de desenvolvimento psicossocial, infantojuvenil.

Parágrafo Único: Entende-se educação sexual como o estímulo ao desenvolvimento de competências e habilidades que permitam a capacidade de identificação, reconhecimento e incentivo ao respeito pela diferença entre as pessoas e a promoção da igualdade, objetivando, também, a proteção face a todos os tipos de violência sexual infantojuvenil, de forma a eliminar comportamentos baseados na discriminação ou na violência.

Art. 3º Profissionais que trabalham com crianças e adolescentes deverão ter formações específicas realizadas pelo município sobre educação sexual e prevenção à violência sexual infantojuvenil.

§ 1º Fica obrigatória na realização anual da semana pedagógica a formação continuada, objeto desta lei, através de palestras, debates e oficinas para elaboração de planos e diretrizes pedagógicas para atuação dos profissionais de educação, em todas as unidades de ensino, durante todo o ano letivo.



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO LARGO
Rua Euclides Affonso de Mello, s/nº - CEP 57100-000.
Fone 3261-1040 - Rio Largo-AL

Cont. do PL 10/2018 – Poder Legislativo

I. Torna-se obrigatória a criação de uma ambiência nos estabelecimentos educacionais que coíbam qualquer forma de bullying em cada unidade de ensino, através de:

a. Campanhas educativas; e

b. Inserção no Projeto Político Pedagógico.

§ 2º Na área de saúde fica obrigatória a realização de campanhas de prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes com a participação efetiva de todos os profissionais, unidades básicas de saúde, hospital e clínicas vinculadas ou não ao poder público.

§ 3º Na área da Assistência Social, fica obrigatória a realização de campanhas de enfrentamento e combate ao bullying e violência sexual, com a integração de todas as unidades socioassistenciais de baixa, média e alta complexidade, e seus respectivos profissionais e grupos de convivência.

§ 4º As ações descritas nos parágrafos anteriores deverão ser realizadas durante todo o ano e intensificadas no decorrer do mês de maio.

Art. 4º Os órgãos ou servidores/as públicos/as municipais, quando trabalharem os temas em questão, deverão utilizar material pedagógico, cartilha ou *folder*, com linguagem adequada à faixa etária de crianças e adolescentes.

Art. 5º O município deverá produzir e fornecer material pedagógico elaborado com participação de equipe interdisciplinar constituída por Psicólogos, Pedagogos, Assistentes Sociais, Médicos, Enfermeiros, além de representantes do Ministério Público, Conselhos Tutelares e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO LARGO
Rua Euclides Affonso de Mello, s/nº - CEP 57100-000.
Fone 3261-1040 - Rio Largo-AL

Cont. do PL 10/2018 – Poder Legislativo

Parágrafo único - O material pedagógico produzido deverá destinar-se para utilização em sala de aula e para toda a comunidade escolar, assim como para as atividades realizadas nos grupos de convivência socioassistenciais.

Art. 6º Os casos suspeitos ou confirmados de violência sexual contra crianças e adolescentes deverão ser comunicados incontinenti às autoridades competentes.

§ 1º Todos/as servidores/as públicos e funcionários/as da rede privada, deverão obrigatoriamente encaminhar a informação dos casos através do Protocolo de Notificação já instituído no Município.

§ 2º Os/as demais cidadãos/ãs, deverão comunicar através do disque denúncia dos Conselhos Tutelares ou ir diretamente à sede do Conselho Tutelar responsável pela região em que a vítima reside.

Art. 7º Os serviços públicos e os eventos patrocinados pelo poder público municipal devem respeitar as leis federais que proíbem a divulgação ou acesso de crianças e adolescentes a conteúdos pornográficos, de ações discriminatórias que induzam à erotização precoce ou que possam naturalizar todo e qualquer tipo de violência sexual contra crianças e adolescentes.

§ 1º O disposto neste artigo se aplica a qualquer material impresso, sonoro, audiovisual ou imagem, ainda que didático, paradidático ou cartilha, ministrado, entregue ou colocado ao acesso de crianças e adolescentes, bem como a *folders*, *outdoors* ou qualquer outra forma de divulgação em local público ou evento autorizado ou patrocinado pelo poder público municipal, inclusive mídias ou redes sociais.

§ 2º Considera-se pornográfico ou obsceno áudio, vídeo, imagem, desenho ou texto escrito ou lido cujo conteúdo descreva ou contenha imagens de ato libidinoso ou qualquer tipo de relação sexual explícita inadequada para sua faixa etária e que possa naturalizar todo e qualquer tipo de violência sexual praticada contra crianças e adolescentes.



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO LARGO
Rua Euclides Affonso de Mello, s/nº - CEP 57100-000.
Fone 3261-1040 - Rio Largo-AL

Cont. do PL 10/2018 – Poder Legislativo

3º Considera-se discriminatório áudio, vídeo, imagem, desenho ou texto escrito ou lido cujo conteúdo assinale ideias preconceituosas que culpabiliza, ridiculariza ou marginaliza o indivíduo.

§ 4º A apresentação de informações e debates sobre o ser humano, seu sistema reprodutivo e questões relacionadas à educação sexual, deverá respeitar os limites cognitivos correspondentes a faixa etária das crianças e adolescentes com os quais serão desenvolvidos.

Art. 8º Ao contratar serviços ou adquirir produtos de qualquer natureza, bem como patrocinar eventos ou espetáculos públicos ou programas de rádio, televisão ou redes sociais, a administração direta ou indireta do município fará constar cláusula obrigatória de respeito ao disposto no Art. 7º desta lei pelo contratado, patrocinado ou beneficiado.

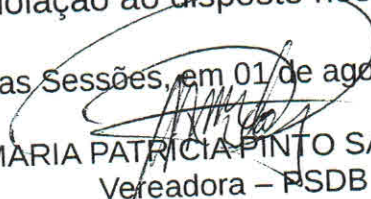
Parágrafo único – O disposto neste artigo se aplica a contratações de propaganda ou publicidade, assim como aos atos de concessão de benefícios fiscais ou creditícios.

Art. 9º Os serviços públicos municipais obedecerão às normas estabelecidas pela Constituição e leis federais brasileiras e ao disposto nesta lei.

Art. 10 A violação ao disposto nesta lei implicará na imposição de sanção administrativa, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

Art. 11 Qualquer pessoa jurídica ou física, poderá representar à Administração Pública Municipal, aos Conselhos Tutelares e/ou ao Ministério Público quando houver violação ao disposto nesta lei.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 2018.


MARIA PATRÍCIA PINTO SANTOS
Vereadora – PSDB



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO LARGO
Rua Euclides Affonso de Mello, s/nº - CEP 57100-000.
Fone 3261-1040 - Rio Largo-AL

Cont. do PL 10/2018 – Poder Legislativo

JUSTIFICATIVA

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estabelece a violência como uma questão de saúde pública que põe em "xeque" os direitos humanos dos/as cidadãos/ãs e que perpassa por questões culturais, econômicas e sociais.

Fazendo o recorte na violência sexual, segundo a OMS, durante a infância, uma em cada quatro crianças sofre maus-tratos físicos, ao passo que quase uma em cada cinco meninas e um em cada 13 meninos são vítimas de abuso sexual. No Brasil, os dados do IPEA^[1] apontam que 70% das vítimas de violência sexual são crianças e adolescentes, 81% meninas e 65,8% de cor preta.

Em Rio Largo, identificou-se que no ano de 2017, houve um alarmante índice de suspeita ou confirmação desse tipo de violência. Todavia, identifica-se também a subnotificação desses casos, fundamentada no medo da vítima em romper as barreiras do silêncio, no receio de profissionais da saúde e da educação em denunciar casos que tenham ciência, na falta de um sistema eficaz de registros de dados, bem como na descrença que a população tem no serviço público de atendimento à vítima e na responsabilização dos/as violadores/as.

Nesse sentido, considera-se que os alarmantes índices de violência sexual contra crianças e adolescentes no país e no Município de Rio Largo são evidências de uma sociedade fundada na cultura patriarcal, que categoriza crianças e mulheres como objetos de domínio masculino. Ao tempo em que, chamam atenção para escassez de políticas públicas voltadas à prevenção desse tipo de violência.

Estudos^[2] apontam que os traumas causados na fase da infância são capazes de ocasionar danos irreparáveis na cognição e saúde física e mental das vítimas que passaram por alguma situação de violência quando crianças. Ocasionalmente, em sua maioria, comportamentos agressivos, distúrbios de ansiedade, fobia social, dentre outros prejuízos que os acompanharão no decorrer de suas vidas.

Ao reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos que se encontram em processo de desenvolvimento psicossocial, o arcabouço jurídico que norteia política infantojuvenil no Brasil, estabelece que é dever da família, da sociedade e do estado, assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos inerentes à crianças e adolescentes, pondo-os a salvo de todo e qualquer tratamento desumano, cruel, aterrorizante, vexatório ou constrangedor, evidenciando que o referido público, deve ter preferência, também na formulação e na execução das políticas públicas.



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO LARGO
Rua Euclides Affonso de Mello, s/nº - CEP 57100-000.
Fone 3261-1040 - Rio Largo-AL

A Carta Magna de 1988 estabelece a política de educação como direito de todos e dever do Estado, que deve ser promovida em conjunto com a sociedade, com o intuito de obter o pleno desenvolvimento e o preparo para exercer a cidadania.

Assim, a educação vem se tornando uma ferramenta importantíssima e fundamental para transformação social, contribuindo para a formação integral do/a cidadão/ã ativo/a e responsável pelo bem comum, sendo um pressuposto essencial na construção de um novo Estado ético-político, sem discriminação de raça, classe social, sexualidade e onde haja igualdade e respeito às diversidades e aos limites do corpo, sem a naturalização de qualquer forma de violência ou dominação.

Isso posto, tendo em vista a condição peculiar de desenvolvimento pessoal e social na qual crianças e adolescentes se encontram, acredita-se que inculcando neles/as o senso de respeito e limite do próprio corpo e do corpo alheio, entre o que é considerado normal e o que é considerado violência sexual (em suas diversas faces), a partir do ensino da educação sexual e de prevenção à violência sexual, pode-se formar cidadãos/ãs prudentes e cientes de seus direitos, empoderados/as para não serem violadores/as e se forem vitimizados/as possam pedir ajuda e romper as barreiras do silêncio.

Espera-se assim, atingir com a educação sexual nas escolas, a intervenção eficaz na promoção da saúde, desenvolvimento social afetivo e moral dos jovens, reforçando a importância do papel crucial do reconhecimento e respeito ao próximo.

Atualmente reconhece-se a importância da educação sexual escolar por diversas Organizações Internacionais, tais como: UNESCO, OMS, Unicef, que se destacam significativamente nas áreas da saúde, educação, cultura, juventude. Segundo a OMS, o desenvolvimento sexual da criança e do adolescente influencia nos mais variados aspectos da vida do indivíduo, como sentimentos, ações e interações que repercutem na saúde física e mental (LIVRO EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA: GUIA PARA PROFESSORES, FORMADORES E EDUCADORES).

A formação continuada do/as profissionais das áreas de saúde, educação e assistência, que trabalham diretamente na formação de crianças e adolescentes, acerca do tema, contribuirá para a sensibilização e instrumentalização dos/as mesmos/as sobre a importância da denúncia e a necessidade de estarem atentos/as e conseguirem identificar os possíveis sinais assinalados pela vítima e saberem a quem recorrer em casos de incidência desse tipo de violência, de forma a estabelecer comunicação formal com os órgãos de proteção que devem ser acionados, através do encaminhamento do Protocolo de Notificação. Contribuirá ainda, na orientação da melhor forma de abordagem dos temas com seus/suas alunos/as, socialização de materiais e estratégias que poderão ser utilizados nas atividades educativas.

A obrigatoriedade da utilização de uma linguagem adequada à faixa-etária, nos materiais didáticos e paradidáticos utilizados na abordagem do tema, contribuirá para que os conteúdos repassados não contenham nenhum tipo de pornografia, apologia à



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO LARGO
Rua Euclides Affonso de Mello, s/nº - CEP 57100-000.
Fone 3261-1040 - Rio Largo-AL

erotização precoce, discriminação de orientação sexual ou que possam naturalizar todo e qualquer tipo de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Justificam-se as orientações sobre propagandas, materiais publicitários em eventos e órgãos públicos, em consonância com o que está estabelecido constitucionalmente e regulamentado no ECA, concernente ao dever de todos/as zelar pelo respeito e dignidade de crianças e adolescentes, considerando que todos os segmentos sociais devem estar articulados no enfrentamento de todas as formas de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Desta forma, o presente projeto tende a assegurar o princípio legal de proteção integral da criança e do adolescente garantido constitucionalmente.

Anexo, Carta Aberta assinada por ocasião do Encontro Municipal de Fortalecimento da Rede e criação de Instrumentos de Prevenção à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes com a participação da Presidente do Comitê Nacional de Combate a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Karina Figueiredo, ocorrida na manhã do dia 01 de agosto de 2018.

[1] Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

[2] Dentre eles, destacamos o da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) da USP e da Fundação Rockefeller.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 2018.


MARIA PATRÍCIA PINTO SANTOS
Vereadora – PSDB



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO LARGO
Rua Euclides Affonso de Mello, s/nº - CEP 57100-000.
Fone 3261-1040 - Rio Largo-AL

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

_____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990: **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília: 2015.

FRADE, A., Marques, A., Alverca, C., & Vilar, D. (2001). **Educação sexual na escola: guia para professores, formadores e educadores**. 5ª Edição. Coleção Educação Hoje. Lisboa: Texto Editora.

HONORATO, Thainan. **Traumas da infância podem estar ligados à ansiedade em adultos**. Publicado em 28 de setembro de 2017. Disponível em: <http://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-da-saude/traumas-da-infancia-podem-estar-ligados-a-ansiedade-em-adultos/>. Data de acesso: 20 de junho às 21:05h.

IPEA. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/21/estupro-no-brasil-uma-radiografia-segundo-os-dados-da-saude->. Data de acesso: 20 de junho de 2018 às 20:40h.



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO LARGO



COMITÊ MUNICIPAL DE COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Carta Aberta à Câmara Municipal de Rio Largo

O Comitê Municipal de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, e as demais instituições que subscrevem, manifestam a necessidade de o Município de Rio Largo, ter um instrumento legal que regulamente o enfrentamento e combate a todo e qualquer tipo de violência sexual contra crianças e adolescentes em seu território.

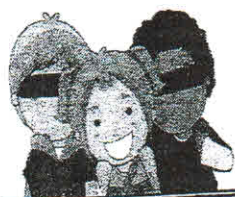
Atualmente Rio Largo está entre as três cidades mais populosas do Estado de Alagoas e apresenta um índice alarmante de violência sexual contra o público infanto-juvenil.

Nesse sentido, acredita-se que a regulamentação de Políticas Públicas intersetoriais de prevenção a este tipo de violência, pode contribuir para a diminuição desses índices, uma vez que contribui para criação da cultura do respeito mútuo entre as pessoas, o conhecimento do próprio corpo e seu limites e possibilitam crianças e adolescentes identificarem situações de violência sexual e o reconhecimento das instituições de atendimento e proteção.

Assim, alicerçados no preceito constitucional de que também é dever da sociedade defender os direitos infantojuvenis, manifestamos nosso apoio à aprovação do Projeto de Lei "Infância sem Pornografia", o qual objetiva o desenvolvimento de uma cultura fundamentada no respeito pela diferença entre as pessoas, que resultará a longo prazo na eliminação de comportamentos baseados na discriminação e na violência.



NOME (legível)	C.P.F.	INSTITUIÇÃO
Martinez Benvidade de Lima	020772344-31	Pastoral da Evangelização
Magna Patrícia Pinto Santos	025.783.394-30	Câmara Municipal
MARCOS LINS MACHADO	025.822.664-18	Polícia Civil
Denise Soares Pereira	030.760.204-36	SEMED
Liliana Vilela	025.751.594-10	Edmundo Siqueira
Maria José Vasconcelos Martins	047849594-91	ESC. EST. SANTOS DUMONT
Jácomo Luiz do Monte	949.929.404-04	Conselho Tutelar
Valma Nª. Nequeira de Lima	955.200.744-53	Esc. José Edmilson
Patrícia Maciel de Oliveira Moura	066.240.754-73	Polícia Civil
Suelly Bernardo da Silva	072.073.904-91	Lar Emmanuel
Nayara MS Brasileira de O. &	089.502.114-59	Câmara Municipal
Maria de Almeida Feitosa Matias	860.907-634-20	Ereda Jose Benificios
Ana Lívia Almeida Pinto	383.291.744-68	Escola Givaldo Sarmento
Edite Ferreira de Melo	300.494.234-81	Escola Est. Claudyke Lima
Lúcia Maria Cavalcanti Marques	010.994.354-28	conselho tutelar R2
Danielle Carlos do N. Zilio		conselho Tutelar R2
Kléia Karinne B.S. Carlate	077.123.804-03	conselho Tutelar R2
Raquel Lima do Nascimento	955.180.704-97	conselho Tutelar R1
Caroline Charles Graça Lima	025.419.694-22	conselho tutlar Interdisciplinar
José Edmilson de Souza	11.282.244.753 999732510	Fórum Estadual de Cons. Tutelares HCL Fórum Ampla de Comunicação de Fala
Tatiana Perizz de Melo Albuquerque	023.469.294-41	Procto C. Procura - e um amigo
For. Leila Tuli P. Almeida	227.430.754-02	Mulher d. Saude Mental
Sandra de Oliveira Maciel		Ass. Cep. Mutirão
- Helen Jussara dos Santos	101.773.354-67	ASS. CONJ. Mulheres
David Palmira Santa Maria	074545194-23	CREAS
Júlio Karelleoni Santos de Lenc	074.429.794-77	CREAS
Marcio Eliane Passiano do Silve	804.005.664-66	Câmara Municipal
Gustavo Fernando de Melo Reis	077.380.704-09	Igreja Municipis Batist
Kuberlan Flor dos Santos	032.244.054-05	Igreja - Missões Batistas
Reinaldo dos Santos	997.03.957-2	Assoc. - Sem Fim V. Vida
Alexandre Soares Pinto	021.744.044-43	Associação Comunitária - Emigra



**COMITÊ MUNICIPAL DE COMBATE
AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL
DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

NOME (legível)	C.P.F.	INSTITUIÇÃO
Isaquelme Palda Belo	49504835449	Ass. Promunicação Amigável
Tracyane da Silva	069.401.914-65	SEMED - TRO LAROS
Maria Edinadla R. de Vasconcelos	468.878.814.20	Escola Renata Tarsen de Melo
Ena Maria Vefituro de Almeida	133652.234.87	Esc. Marlene Lopes
Raia de Lamaine Lima	068.259.154.87	Esc. Saluaine Souza
Adriana da Silva Ferreira	066.168.834-85	Esc. Loápis de Cor.
Brunner R. dos Santos Jansen	074.920.454-09	Esc. Sete Mele Kothios
Carlos Antun Costa Rodrigues	048.186.004-58	E. E. Francisco Luis
Karyn Elizabeth da Silva	394.755.814-72	E. E. Fernandine Motta
Celia Caires de Silva	479.065.534-20	CMEI M.ª JOSE BATISTA DA SILVA
Rita de Cássia de Oliveira Barros	744.358.974-72	Escola Manoel Soares de Souza
Bona de Ribeiro dos Anjos	955.195.134.49	Isabela Católica
Regina M.ª Caralante Silva	020.944.944-62	CUDCA / SEMED
Kelly Ferreira Sobral	007.942.814-27	CMEI Railza Costa Barros
Beatriz Soares Loure	494.608.384-72	Walter Dória / Agnês Sici
Maria Rêlla M. de M. Santos	8604-2278	Paul. Lima
Marcos Augusto Pich Vasconcelos	908.125.224-00	Ass. Mor. do Parq. do Guadalupe
Gilda Torres de Marinho	144.528.044-20	CMOCA
Maria Cleide Alves Torres	661.553.044.91	SMHS SUB. Suprimento
Adair Roberto Alves Brandão	786.606.374-53	Unidade Especial C. (C)
Adriana C. F. F. F. F.	049640334-65	Escola de Educação
Adriana C. F. F. F. F.	31934.184-45	SMDSM
Maria Costa Barros	021.402.424-77	SEMED
Samaya Cristina B. Lemos	029.702314-44	Sesau / RL
Maria Louisa M. Brandão	724237644-68	CMOCA
Luiz Pessoa de Melo Souza	047.635.554-05	PMAL
Maria Rêlla M. de M. Santos	98.891.7128	SEMED
Olara Morgana Torres	095.177.854-45	Pastoral da Criança

Imprimir

Fechar



Câmara Municipal de Rio Largo - AL - Rio Largo - AL
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

COMPROVANTE DE PROTOCOLO



000356

Autenticação: 12018/08/02000356

Número / Ano

000356/2018

Data / Horário

02/08/2018 - 10:20:11

Ementa

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO NO MUNICÍPIO DE RIO LARGO DE MECANISMOS INTERSETORIAIS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA A PREVENÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA VIOLÊNCIA SEXUAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Autor

Patricia Pinto

Natureza

Legislativo

Tipo Matéria

Projeto de Lei Ordinária Legislativo

Número Páginas

12

Comprovante emitido
por

Eliel_Inacio_Branco